

A (IN)Segurança alimentar e nutricional e suas associações com as condições sociodemográficas no residencial Gilson Coelho em Bom Jesus-PI na pandemia da Covid-19

Food and nutritional (IN)security and its associations with sociodemographic conditions in the Gilson Coelho residential area in Bom Jesus-PI during the Covid-19 pandemic

La (In)Seguridad alimentaria y nutricional y sus asociaciones con las condiciones sociodemográficas en la zona residencial de Gilson Coelho en Bom Jesus-PI durante la pandemia de Covid-19

Martha Barbosa Neves ¹
Ana Maria Segall Corrêa ²
Danielle Cabrini³

RESUMO

O isolamento social foi a principal recomendação da ONU para prevenir a infecção respiratória COVID-19, causando impactos graves na região Nordeste do Brasil, como o fechamento do comércio, aumento do desemprego e queda na renda familiar. Para minimizar os efeitos econômicos, o governo federal implementou o auxílio emergencial, mas este não foi suficiente para combater a pobreza e as desigualdades durante a pandemia. O estudo realizado no Residencial Gilson Coelho, em Bom Jesus-PI, durante a pandemia, analisou a insegurança alimentar e sua relação com as características sociodemográficas e a participação em programas governamentais de transferência de renda. Os resultados mostraram que 88,7% dos chefes de família eram mulheres, 82,9% são pretos ou pardos e 44,9% possuem baixa escolaridade. Além disso, 27% possuem renda familiar menor que R\$ 550. Ainda 85% da população convive com algum nível de insegurança alimentar, sendo que 17,2% dos domicílios enfrentavam insegurança alimentar grave. A pandemia destacou a necessidade de políticas públicas eficazes e ágeis para enfrentar a doença, especialmente em grupos vulneráveis. A redução da pobreza deve ser abordada de forma multidimensional e com medidas adaptadas à realidade de cada público.

Palavras-chave: Renda, COVID-19, Segurança Alimentar, Políticas Públicas.

¹ Mestre em Políticas Públicas em Saúde da Escola de Governo da Fiocruz. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, Distrito Federal. Brasil. a.smarthabarbosa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1162-5801>

² Doutora em Saúde Coletiva. Universidade Estadual de Campinas-SP. São Paulo. Brasil. E-mail: amsegall@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0140-064X>

³ Doutora em Saúde Coletiva/Saúde da Criança e da Mulher. Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências da Saúde. Espírito Santo. Brasil. E-mail: danielle.cabrini@ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4653-9672>

ABSTRACT

Social isolation was the UN's main recommendation to prevent the COVID-19 respiratory infection, causing serious impacts in the Northeast region of Brazil, such as the closure of businesses, an increase in unemployment and a drop in family income. To minimize the economic effects, the federal government implemented emergency aid, but this was not enough to combat poverty and inequalities during the pandemic. The study carried out at Residencial Gilson Coelho, in Bom Jesus-PI, during the pandemic, analyzed food insecurity and its relationship with sociodemographic characteristics and participation in government income transfer programs. The results showed that 88.7% of family heads were women, 82.9% were black or mixed race and 44.9% had low levels of education. Furthermore, 27% have a family income of less than R\$550. Still, 85% of the population lives with some level of food insecurity, with 17.2% of households facing severe food insecurity. The pandemic highlighted the need for effective and agile public policies to tackle the disease, especially in vulnerable groups. Poverty reduction must be approached in a multidimensional way and with measures adapted to the reality of each audience.

Keywords: Income, COVID-19, Food Security, Public Policies.

RESUMEN

El aislamiento social fue la principal recomendación de la ONU para prevenir la infección respiratoria COVID-19, causando graves impactos en la región Nordeste de Brasil, como el cierre de negocios, aumento del desempleo y caída de los ingresos familiares. Para minimizar los efectos económicos, el gobierno federal implementó ayudas de emergencia, pero estas no fueron suficientes para combatir la pobreza y las desigualdades durante la pandemia. El estudio realizado en el Residencial Gilson Coelho, en Bom Jesus-PI, durante la pandemia, analizó la inseguridad alimentaria y su relación con las características sociodemográficas y la participación en programas gubernamentales de transferencia de ingresos. Los resultados arrojaron que el 88,7% de los jefes de familia eran mujeres, el 82,9% eran negros o mestizos y el 44,9% tenía bajos niveles de educación. Además, el 27% tiene un ingreso familiar inferior a R\$ 550. Aun así, el 85% de la población vive con algún nivel de inseguridad alimentaria, y el 17,2% de los hogares enfrenta inseguridad alimentaria grave. La pandemia puso de relieve la necesidad de políticas públicas eficaces y ágiles para afrontar la enfermedad, especialmente en los grupos vulnerables. La reducción de la pobreza debe abordarse de manera multidimensional y con medidas adaptadas a la realidad de cada público.

Palabras clave: Ingreso, COVID-19, Seguridad Alimentaria, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A alimentação é um direito humano reconhecido internacionalmente e, no Brasil, é um direito social previsto na Constituição Federal. A importância desse

direito vai além da simples garantia de saciar a fome, abrange, também, a qualidade e quantidade de alimentos necessárias para uma nutrição adequada. A Segurança Alimentar e nutricional (SAN) tem impacto direto no bem-estar, na saúde e na nutrição das populações, atuando como um mecanismo de proteção contra a má nutrição e doenças crônicas não transmissíveis^(1,2).

As escolhas alimentares são influenciadas por diversos fatores, tanto de natureza individual - como conhecimentos e percepções - quanto coletiva, envolvendo aspectos econômicos, sociais e culturais. A renda se destaca como um determinante social fundamental na promoção da saúde, pois indivíduos de camadas sociais mais baixas enfrentam precariedades em relação às condições de vida, saúde e trabalho, o que os coloca em risco mais alto de comprometimento da saúde e, ao mesmo tempo, maior limitação de acesso aos serviços de saúde^(3,4)

A Insegurança Alimentar (IA) está diretamente relacionada à pobreza e às desigualdades sociais. A renda familiar per capita é um fator crucial na determinação da presença de IA, com domicílios de menor renda enfrentando maiores dificuldades de acesso aos alimentos e sendo mais suscetíveis aos níveis severos de insegurança alimentar. O aumento na renda familiar está diretamente associado a uma maior segurança alimentar, mostrando a relevância das políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família⁽¹⁾.

A pandemia de COVID-19 agravou a situação da segurança alimentar no Brasil, com milhões de pessoas enfrentando níveis de insegurança alimentar⁽⁵⁾. Medidas de isolamento e distanciamento social adotadas para conter a propagação do vírus impactaram diretamente a economia e o acesso aos alimentos, agravando o cenário de fome no país. Diante desse contexto, buscou-se, na pesquisa aqui analisada, entender a relação entre insegurança alimentar e nutricional e as condições sociodemográficas e participação em programas de transferência de renda no Residencial Gilson Coelho, no município de Bom Jesus-PI, durante a pandemia de COVID-19. Analisar essas questões é fundamental para compreender os impactos da pandemia na segurança alimentar da população e orientar ações e políticas que visem garantir o acesso universal e equitativo aos alimentos em momentos de crise e pós crises.

Metodologia

Estudo transversal de base populacional, inicialmente abrangendo todas as 300 unidades habitacionais que compõem o Residencial Gilson Coelho. Entretanto, não foi possível incluir todos os domicílios existentes devido às dificuldades, principalmente ligadas ao fato de que frequentemente havia casas fechadas nos horários das visitas, bem como às recusas em participar da entrevista ou, ainda, não haver morador com idade superior a 18 anos a ser entrevistado. Como consequência destas perdas foram incluídos na pesquisa 209 domicílios, uma perda de 30%, sendo 4% de recusa, 2,6% sem moradores com 18 anos ou mais e 23,6% de domicílios vazios ou sem presença de moradores durante o período das entrevistas.

O município de Bom Jesus possui 84 anos de emancipação e fica localizado no centro-sul do estado, na região do cerrado piauiense, a aproximadamente 635 km distante da capital Teresina. Bom Jesus possui uma área de aproximadamente de 5.469 km² e a estimativa de uma população total de 25.500 mil habitantes, tendo densidade demográfica de 4,14h/km². Conhecida como “capital do agronegócio”, destaca-se na produção de grãos e faz parte do polo do agronegócio no Piauí, com grandes áreas de terras destinadas à produção de soja e milho⁽⁶⁾.

O PIB da cidade é de cerca de R\$ 1,1 bilhão de reais, em 2020, de acordo com o IBGE, o salário médio mensal em Bom Jesus de 1,9 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.6%. Sendo 45% dos domicílios, com rendimentos médios mensais de até meio salário mínimo por pessoa⁽⁶⁾.

O conjunto habitacional Residencial Gilson Coelho fica localizado na zona urbana da cidade, ele é formado por trezentas (300) unidades habitacionais construídas pelo programa governamental “Minha Casa Minha Vida”, sendo uma parceria entre o Governo Federal e a Prefeitura Municipal. As casas foram entregues nos anos 2017 e 2018, são do tipo habitação padrão compostas por cinco (5) cômodos, sendo dois (2) quartos e um (1) banheiro. As famílias que moram nessa localidade foram escolhidas através de uma triagem feita pela Secretaria Municipal

de Assistência Social. Os critérios básicos e perfil familiar para recebimento da habitação eram não ter moradia própria, serem beneficiários de programas de transferência de renda com rendimento bruto mensal de até R\$1.800,00 e domicílios “chefiados” por mulheres.

Para a coleta dos dados foi utilizado o aplicativo VIGISAN disponibilizado pelo *link*: <https://aplicativo-vigisan.pesquisassan.net.br/>. Esse instrumento para uso em telefones, computadores ou tablets, apresenta um questionário composto por 80 perguntas fechadas, incluindo a Escala Brasileira de Medida Domiciliar da Insegurança Alimentar – EBIA, na sua versão curta com 8 questões, além de um conjunto de questões sociais, demográficas e sanitárias de interesse para o estudo da IA no contexto da pandemia.

A EBIA é um método quantitativo que mede um fenômeno de natureza social, uma escala que mede diretamente a percepção e vivência de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar. Expressa acesso aos alimentos e proporciona alta confiabilidade da escala, pois traduz a experiência de vida com a insegurança alimentar e a fome dos componentes do domicílio^(9,10).

Portanto, a EBIA tem a capacidade de mensurar a dificuldade de acesso familiar aos alimentos e às dimensões psicológicas e sociais da insegurança alimentar. Considerando também se tratar de uma escala com fácil aplicação e baixo custo e estudos qualitativos contribuem para uma compreensão mais aprofundada de SAN^(9,10)

A aplicação do mesmo foi realizada em *in loco*, face a face, a um membro morador do domicílio, maior de 18 anos, preferencialmente com a pessoa de referência no domicílio (denominado “chefe”) e capaz de fornecer informações sobre o perfil demográfico de todos os moradores e sobre alimentação e rendimentos da família.

Destaca-se que as primeiras entrevistas caracterizadas como testes, tanto do aplicativo como do questionário, foram descartadas e, posteriormente, foi realizado sorteio aleatório de 5% dos questionários para conferência dos dados.

Para a classificação da SA e os níveis de IA dos domicílios o APP utiliza o EBIA, em sua versão curta já validada⁽⁷⁾, com oito perguntas, com pontos de corte

estabelecidos segundo gradientes de severidade dos itens da EBIA. Atribui-se um ponto para cada resposta afirmativa às perguntas do questionário, sendo o *score* domiciliar correspondente à soma desses pontos, variando em uma amplitude de 0 a 8. Quanto maior a pontuação, mais acentuada a condição de IA: Nenhuma resposta afirmativa constitui situação de Segurança Alimentar; de 1 a 3 Insegurança alimentar leve; de 4 a 5 Insegurança alimentar moderada e, de 6 a 8 respostas positivas Insegurança alimentar grave.

O aplicativo não permite deixar perguntas sem respostas, nestes casos foi indicado a alternativa Não Sabe ou Não Respondeu (NS/NR). E nas situações em que a pergunta foi ignorada pelo entrevistado, após ter sido lida por duas vezes, também foi indicado NS/NR. O banco de dados com as informações geradas na pesquisa foi armazenado no Programa *Microsoft Excel* pela equipe técnica do APP VIGISAN em novembro/2022, após feitas as revisões e correções necessárias, finalizaram-se em 209 questionários válidos para análise dos dados.

Para caracterização da população foram elaboradas tabelas de frequências relativas, com os correspondentes intervalos de confiança de 95%. As associações entre as variáveis independentes (sociodemográficas e participação em programas sociais) com a variável dependente (segurança e níveis de insegurança alimentar) foram estabelecidas utilizando-se os testes de Qui-quadrado e razão de chances, também, com os respectivos intervalos de confiança de 95%.

Resultados

São apresentadas nesse estudo as características populacionais definidas por indicadores selecionados, que melhor explicam as variações no acesso aos alimentos, dentre eles rendimentos familiares, escolaridade, condições de emprego e trabalho, endividamento e acesso aos programas atuais de transferência de renda.

Na tabela 1 apresenta-se o perfil da pessoa de referência no domicílio (denominado “chefe”). Das 209 entrevistas, apenas 18 entrevistados responderam que não eram a pessoa de referência da residência (8,6%).

Entre as pessoas responsáveis pelo domicílio 11% eram do sexo masculino e 88,7% do feminino. Identificam-se como de Raça/Cor preta ou parda 82,9% e 17%

como branca. Sobre os Grupos de Idades, 48,7% estavam entre 18 e 33 anos de idade, 36,7% entre 34 e 43 anos e apenas 14,4% entre 44 e 68 anos (Tabela 1).

Sobre Escolaridade, 44,9% informaram que não frequentou escola, ou possuíam ensino fundamental completo ou incompleto; 48,3% possuíam escolaridade por supletivo, ensino médio completo ou incompleto; apenas 6,6% possuíam ensino superior incompleto ou completo. Entre essas ou esses responsáveis pelo domicílio, 52,4% referiam serem donas de casa, 35,2% tinham trabalho remunerado ou eram aposentados (Tabela 1).

Tabela 1. Perfil demográfico e social dos “Chefes de família”, residencial Gilson Coelho, município Bom Jesus-PI, 2022.

Variável	N	%
Sexo		
Feminino	183	88,7%
Masculino	24	11,2%
NS/NR	2	0,1%
Raça/Cor		
Branca	37	17%
Preto ou Parda	171	82,9%
NS/NR	1	0,1%
Idade		
18 a 33 anos	101	48,7%
34 a 43 anos	76	36,7%
44 a 68 anos	30	14,4%
NS/NR	2	0,1%
Escolaridade		
Não frequentou/ensino fundamental incompleto/completo	93	44,9%
Ensino médio completo /incompleto e supletivo	101	48,3%
Ensino superior incompleto/completo	13	6,6%
NS/NR	2	0,1%
Situação de trabalho		
Dona de Casa	107	52,4%
Estudante	3	0,9%
Trabalhador remunerado/aposentado	73	35,2%
Desempregado	24	11,2%
NS/NR	2	0,1%

Fonte: Elaboração própria, 2022

Nos 209 domicílios havia um total de 778 moradores. A Tabela 2 apresenta um compilado de informações acerca do perfil do domicílio.

Tabela 2. Características dos domicílios, residencial Gilson Coelho, município Bom Jesus-PI, 2022.

Variáveis	N	%
Ampliação do Nº de Cômodos		
Não	190	91%
Sim	19	9%
Acesso a água de qualidade		
Não	112	53,5%
Sim	97	46,4%
Nº de pessoas no domicílio		
1 a 3	84	40%
4 a 6	118	56%
7 a 8	5	2%
Morte de morador por COVID19 desde o início da pandemia		
Não	201	96%
Sim	7	4%
Inclusão de novo morador desde o início da pandemia		
Não	186	88%
Sim	11	5%
Produção de alimento vegetal ou animal		
Não	196	93,7%
Sim	12	5%
Renda familiar		
Nãoteve< R\$550	57	27%
R\$551 - R\$1100	92	44%
R\$1100 - R\$7.200	50	23%
Recebimento do programa Auxílio Brasil		
Não	48	23%
Sim	161	77%
Sentimento de vergonha, tristeza ou constrangimento		
Sim	51	25%
Não	157	75%
Distribuição segundo Classificação dos níveis de SAN		
S.A	32	15,3%
IA Leve	51	24,4%
IA Moderada	90	43%
IA Grave	36	17,2%
Nº de Pessoas por faixa etária nos domicílios (total: 778)		
Até 5 anos	131	16,8%
Entre 6 e 18 anos	266	34%
Entre 19 e 59 anos	379	48,7%

60 anos ou mais

2

0,3%

Fonte: Elaboração própria, 2022

O material de construção das paredes externas é de alvenaria com revestimento, com 05 (cinco) cômodos, incluindo o banheiro. A quase totalidade das casas estavam como haviam sido recebidas, sem ampliações ou reformas. Apenas, 19 (9%) das residências haviam aumentado o número de cômodos. O residencial possui coleta de lixo com frequência de dois dias na semana e a coleta de esgoto pela rede geral/pluvial.

Quanto ao acesso à água na residência, 112 (53%) entrevistados destacaram que a água é de baixa qualidade. Pelos dados encontrados, como apresentado na tabela 2, constatou-se que a comunidade é formada por uma população jovem, 51% com idades inferiores a 33 anos, sendo observado em média 3,7 pessoas por habitação. Verificou-se que a maior parte da população do residencial eram pessoas de 19 a 59 anos de idade, nessa faixa etária as pessoas totalizavam 379 (48,7%); entre 6 e 18 anos eram 266 pessoas (34%); até 5 anos eram 151 (16,8%) pessoas e com 60 anos ou mais apenas 2 pessoas (0,3%).

Acerca do número de pessoas no domicílio, 56% apresentam de 4 a 6 pessoas, 40% 1 a 3 pessoas e 2% de 7 a 8 moradores fixos na casa. Em 89% dos domicílios havia ao menos uma criança ou adolescente como morador fixo e 11% não possuíam moradores de 0 a 18 anos.

Os resultados da pesquisa confirmam o baixo rendimento da população do Residencial Gilson Coelho, visto que 57 (27%) pessoas entrevistadas relataram que a renda familiar é menor que R\$550,00 mensal. Somente uma pessoa informou que a renda seria na faixa de R\$5.500,00 – R\$7.200,00 (Tabela 3).

A menor renda familiar encontrada, R\$450,00, foi referida em um domicílio onde residiam 7 pessoas, o que significa uma renda familiar mensal *per capita* de R\$64,29, pouco mais de R\$2,00 por dia, portanto, abaixo da linha da pobreza. A maior renda familiar encontrada foi de R\$7.200,00, também em apenas um domicílio, onde residiam 3 pessoas, perfazendo uma renda familiar per capita de R\$2.400,00.

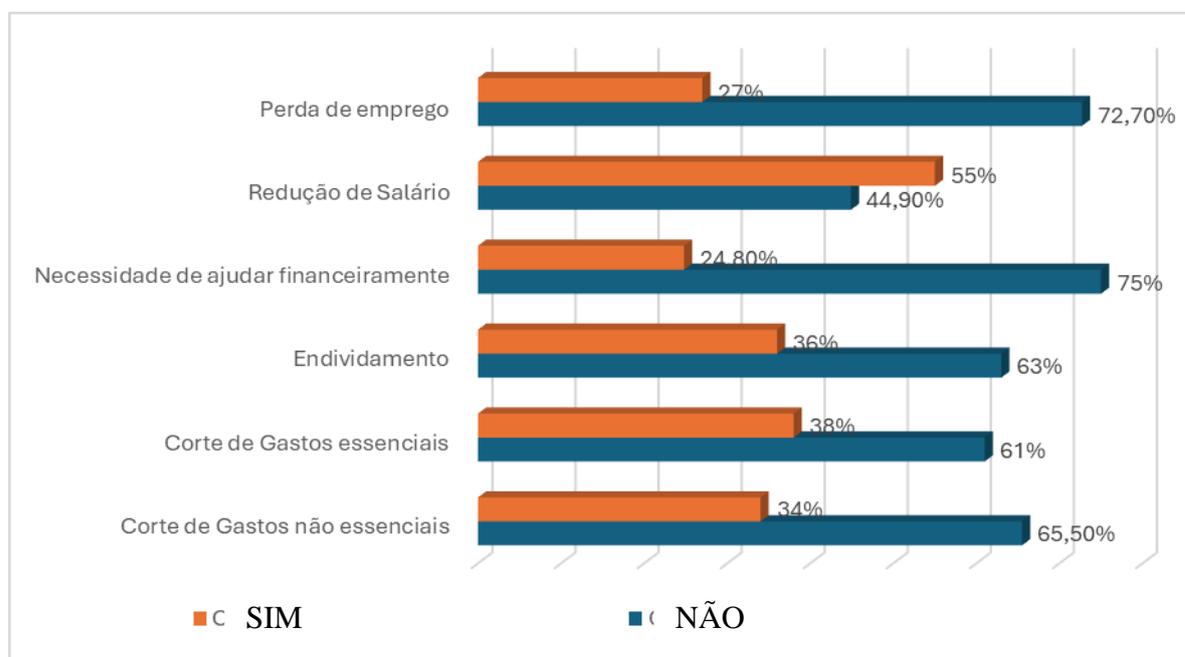
Os resultados apresentam 178 (85%) domicílios alguém da casa registrado(a) no Cadastro Único do governo, e destes 161 domicílios (77%) com alguém da casa recebendo pagamento do programa Auxílio Brasil, benefício de transferência de renda na época da coleta de pesquisa. Acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC), apenas 7 (3%) informaram que alguém da casa recebia pagamento do programa.

Entre os domicílios entrevistados 175 (83%) tinham algum morador matriculado na educação básica pública (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos). Ao ser questionado sobre o recebimento por alguém da casa de auxílio referente ao Programa de Alimentação Escolar (PNAE), 161 (77%) informaram que “Não” e outros 28 (17%) “Não souberam” responder, apenas 11 (5%) informaram que “sim”, sendo todos na forma de cesta básica.

A pesquisa revelou aspectos relevantes relativos às consequências da pandemia do COVID19, como apresentado no gráfico 1, sobre as condições de trabalho e renda das pessoas. A perda de emprego/trabalho de algum membro da casa estava presente em 27% das residências e a redução da renda domiciliar (dos moradores da casa) em 55%.

Em 24,8% dos domicílios havia necessidade de ajudar financeiramente algum parente ou amigo e o endividamento de moradores ocorria em 36% dos domicílios. Também tiveram que fazer cortes de gastos com despesas essenciais em 38% e o corte de gastos em despesas não essenciais 34% das moradias.

Gráfico 1. Proporção da associação das consequências da pandemia do Covid 19 sobre as condições de trabalho e renda das pessoas, residencial Gilson Coelho, município Bom Jesus-PI, 2022.



Fonte: Elaboração própria, 2022

Em relação às consequências da pandemia do COVID19 sobre as condições de trabalho e renda das pessoas e algumas estratégias de enfrentamento das dificuldades, a pesquisa revelou que a perda de emprego/trabalho de algum membro da casa estava presente em 27% das residências e a redução da renda domiciliar (dos moradores da casa) em 54%, havia necessidade de ajudar financeiramente algum parente ou amigo em 24% dos domicílios e o endividamento de moradores ocorreu em 63% deles. Também tiveram que fazer cortes de gastos com despesas essenciais em 39% e o corte de gastos em despesas não-essenciais 34% das moradias⁽⁸⁾.

Ao serem questionados sobre se para obterem alimentos “você ou outra pessoa teve que fazer alguma coisa que causou vergonha, tristeza ou constrangimento para obtenção de alimentos”, 51 (24,4%) responderam “Sim”, em quase ¼ dos domicílios tem referência de algum tipo de constrangimento. Sobre o recebimento de cesta de alimentos, em apenas 16 domicílios (8%) houve entrevistados que informaram o recebimento e em 193 (92%) não ocorreu.

Da mesma forma, foi pequena a ajuda de outras instituições, como associações comunitárias, igreja, amigos, parentes ou outros, tendo sido apenas 14 (7%) domicílios que responderam afirmativamente, outros 10 relataram ter recebido apoio de pessoas amigas. Do total dos domicílios, 196 (93%) não haviam recebido qualquer tipo de apoio durante este período da pandemia.

A forma mais frequente, quase a totalidade, de aquisição dos alimentos, foi por meio de compra física. Além disso, todas as pessoas entrevistadas disseram ter havido alguma mudança nos preços dos alimentos que costumam comprar, tendo como consequência o fato de que, em 153 (73%) casas foram adquiridos menos alimentos e em 43 (20%) casas houve mudança no tipo de alimento adquirido, alterando, assim, o perfil da compra.

No Residencial Gilson Coelho apenas 15,3% domicílios tinham moradores com garantia e acesso pleno aos alimentos. A IA Grave que significa a convivência com a fome foi relatada em 17,2% dos domicílios.

Quanto à IA Leve, a média nacional de 28% percentual, no Piauí é 25,8%, e na pesquisa encontramos cerca de 24,4%, ou seja, havia referência à instabilidade na alimentação dos moradores, sobretudo, por estarem preocupados quanto à possível incapacidade de obter alimentos no futuro próximo, o que leva a arranjos que, em geral, compromete a qualidade da alimentação da família ⁽⁸⁾.

Na presença de três ou mais pessoas com até 18 anos de idade no grupo familiar, a fome atingiu 25,7% dos lares. Já nos domicílios apenas com moradores adultos, a segurança alimentar chegou a 47,4%.

A fome quase desaparece nos lares com renda superior a um salário-mínimo por pessoa. Em 67% dos domicílios com renda maior que um salário-mínimo por pessoa, o acesso a alimentos (segurança alimentar) é pleno e garantido. A fome é maior nos domicílios em que a pessoa responsável está desempregada (36,1%), trabalha na agricultura familiar (22,4%) ou tem emprego informal (21,1%). Já a segurança alimentar é maior nos lares onde o chefe da família trabalha com carteira assinada, chegando a 53,8% dos domicílios.

Existe associação significativa entre o número de pessoas no domicílio e o grau de insegurança alimentar. Observa-se que domicílios com números menores

de moradores (1 a 2 pessoas) tem maior proporção de segurança alimentar (21,2%), enquanto os domicílios (9) com mais moradores (6 a 8 pessoas), tem prevalência maior de IA Grave (42,9%). Em outras palavras, quando maior o número de moradores na casa, maior o contingente de pessoas passando fome ⁽⁸⁾.

Existe uma relação significativa entre renda e IA. Pessoas com mais de 1 SMPC enquadram-se praticamente dentro da segurança alimentar. No entanto, a proporção de pessoas com IA Grave no grupo de menor renda é proporcionalmente maior que nos demais grupos, isso confirma a relação entre menor renda e maior insegurança alimentar. A proporção de domicílios em IA Leve e SA reduz para 31 domicílios, sendo 14%.

Os domicílios que se encontram no IA Grave, utilizando a variável contínua em quartis tem as menores rendas mensais *per capita*, R\$126,70. Já a média da renda *per capita* dos domicílios em SA é de R\$ 357,80. Estes resultados mostram piora progressiva e estatisticamente significativa (valor de 0,008) do acesso aos alimentos à medida em que os rendimentos das famílias vão diminuindo.

O estudo relevou que a IA Moderada que evidencia acesso aos alimentos qualitativamente inadequado e quantitativamente insuficiente foi de 43%. As características da ocupação apresentam forte relação com a SA e os níveis de IA. Nas análises apresentadas a seguir é possível verificar a importância do trabalho formal como fator de garantia de SAN para um maior contingente de famílias por conferir estabilidade financeira decorrente do emprego.

Os trabalhadores remunerados e aposentados diferem dos demais por ter uma proporção de IA grave menor de 9,2%, enquanto os demais grupos têm proporções superiores a 20%. No entanto, a maior concentração desses trabalhadores formais está em situação de insegurança alimentar leve (38,5%).

A proporção de domicílios em IA moderada e grave em domicílios com desempregados e donas de casas foi de 47%. Nos domicílios nos quais algum morador perdeu o emprego, apresentaram níveis de IA grave ou moderada agrupadas de 75,4%, sendo de 17,5% a IA Leve. Ressalta-se que nos domicílios com redução da renda, 66,4% apresentaram IA grave ou moderada e 25,7% IA Leve.

Acerca do endividamento nos domicílios, 70,7% apresentaram IA grave ou moderada e 21,1%, IA leve. Os cortes de gastos em despesas essenciais e naquelas não-essenciais foram mais presentes em domicílios em IA moderada ou grave agrupadas, sendo de 67,9% para despesas essenciais e 72,2% para despesas não-essenciais. Em 73,1% dos domicílios classificados em situação de IA moderada ou grave havia necessidade de alguma ajuda financeira, baixando esta frequência para 25% de necessidade de ajuda naqueles em IA leve.

Importa observar que as condições desfavoráveis vividas pelas famílias, como perda de emprego, redução de salário, ajuda financeira, endividamento e corte de gastos essenciais e não essenciais era de baixa frequência nos domicílios em situação de Segurança alimentar. A perda de emprego e/ou endividamento impactou o acesso aos alimentos e à SA.

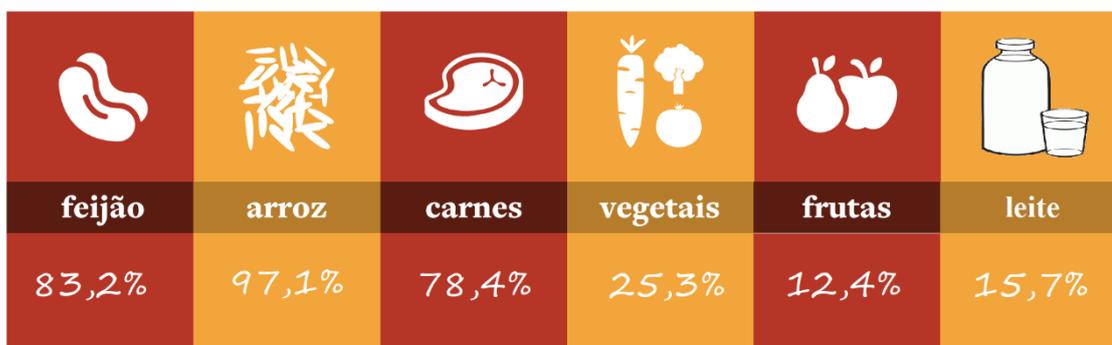
Todas as condições até aqui mostradas revelaram que a vulnerabilidade das famílias à insegurança alimentar tem consequências sobre a dignidade e o bem-estar mental de seus moradores, que muitas vezes e, em situações extremas, são levados a adotar estratégias que são socialmente e humanamente não aceitáveis para obtenção de alimentos. Para entender, ainda que parcialmente esta situação, foi perguntado ao entrevistado se algum morador precisou utilizar de algum meio ou recurso para obtenção de alimentos que possa ter causado sensação de vergonha, de tristeza ou constrangimento.

Este sentimento de vergonha e constrangimento esteve fortemente associado ($p=0,0001$) à insegurança alimentar das famílias. Observa-se que em 62,7% dos domicílios nos quais houve relato de vergonha ou constrangimento, havia insegurança moderada, em 25% IA grave e em nenhum deles seus moradores tinham segurança alimentar.

Como aponta o documento, na comparação entre os lares chefiados por homens e os lares chefiados por mulheres revelou-se que nas casas em que a mulher é a pessoa de referência a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares que têm homens como responsáveis a fome passou de 7,0% para 11,9%. Isso ocorre, entre outros fatores, pela desigualdade salarial entre os gêneros.

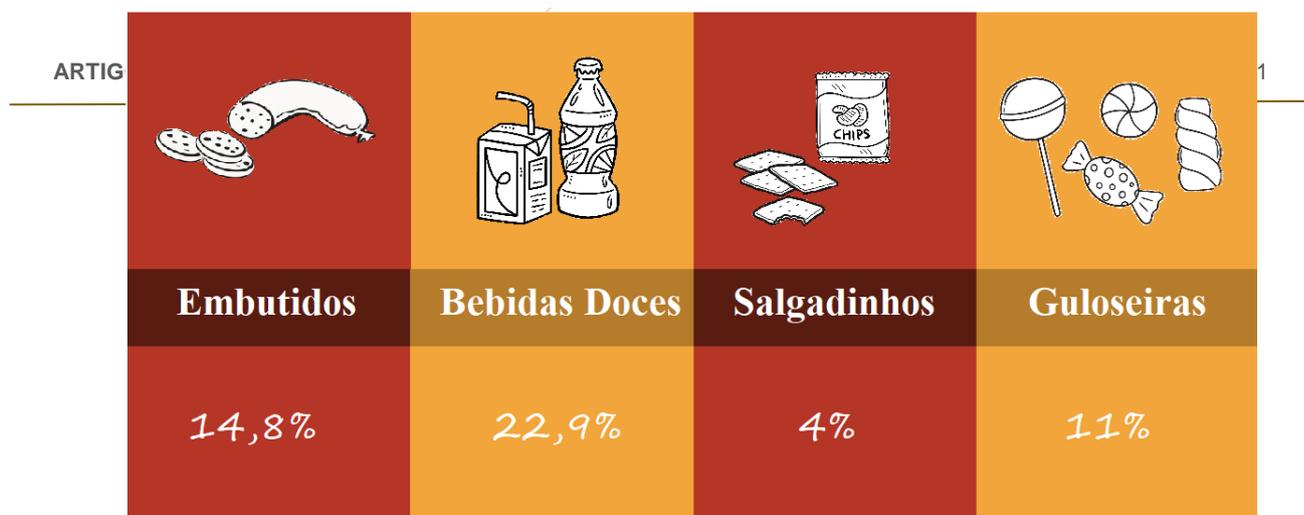
Cerca de metade das famílias que deixaram de comprar, nos últimos 3 meses arroz, feijão, vegetais e frutas convivem com a insegurança alimentar moderada ou grave. De acordo com a figura 1, entre as famílias que deixaram de comprar carnes nos três meses anteriores à pesquisa, 70,4% passavam fome. Dados semelhantes foram encontrados nos lares onde os moradores não haviam comprado frutas (64%) e vegetais (63,6%).

Figura 1. Proporção por tipo de alimento consumido do dia anterior, residencial Gilson Coelho, município Bom Jesus-PI, 2022



Fonte: Elaborado com base em Rede PENSSAN (2022)

Figura 2 – Proporção 2 por tipo de alimento consumido do dia anterior, residencial Gilson Coelho, município Bom Jesus-PI, 2022



Fonte: Elaborado com base em Rede PENSSAN (2022)

As despesas/gastos semanais com a alimentação aumentaram muito em 180 casas. A base da alimentação que é o arroz esteve presente em 203 (97,1%) refeições dos entrevistados e o feijão em 174 (83,2%), de acordo com a figura 1. A Figura 2 retrata que 14,8% haviam consumido embutidos, 22,9% bebidas doces, 11% guloseimas e 4% salgadinhos.

Acerca do consumo no dia anterior de carne (de boi, peixe, frango ou porco) 164 (78,4%) disseram que “sim”, enquanto em 45 (22%) não. E sobre a alimentação com verduras/legumes ou frutas frescas, disseram que não foram consumidas em 156 (74%) e 183 (87,5%) domicílios, respectivamente, e em 176 (84%) domicílios não consumiram leite ou derivados.

Discussão

Sabendo que a SA/IA possuem múltiplos determinantes é forçoso reconhecer que a renda familiar se destaca como um forte condicionante da capacidade de acesso aos alimentos.

No Residencial Gilson Coelho em 161 domicílios (77%) havia recebimento de transferência de renda do Auxílio Brasil e/ou BPC. A omissão do governo federal, mais do que o vírus em si, com os discursos de negação à ciência e divulgação de desinformações e notícias falsas, contribuiu para a ineficiência de execução de políticas públicas da saúde e outros projetos, voltados ao controle da doença e redução da mortalidade ⁽¹⁰⁾.

Uma das consequências da crise econômica durante a pandemia do COVID19 tem sido o alto endividamento das famílias. Houve relato de endividamento em 46% no Nordeste e 41,6% no Piauí⁽⁸⁾. Tal condição acaba agravando a vulnerabilidade das famílias. As famílias mais propensas ao acesso inadequado ou insuficiente aos alimentos, mais vulneráveis à IA foram aquelas com renda inferior a ½ SM. De acordo com a Rede PENSSAN, a proporção de IA moderada + grave, ou seja, as formas mais severas de IA são observadas em 66,1% dos domicílios do Piauí e em 58,2% no Brasil em domicílios com renda de até ½ SM. ⁽⁸⁾.

A insegurança alimentar segue como uma questão que atinge as regiões do Brasil de forma desigual. No Norte e no Nordeste os números chegam, respectivamente, a 71,6% e 68% – são índices expressivamente maiores do que a média nacional de 58,7%. A fome fez parte do dia a dia de 25,7% das famílias na região Norte e de 21% no Nordeste. A média nacional é de aproximadamente 15%, e do Sul, de 10% ⁽⁸⁾.

A desigualdade de renda é o que mais explica as diferenças nas condições de SA e IA e evidencia, juntamente com outras características populacionais, a violação do DHAA nas Unidades da Federação. Dados do II inquérito sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID19, relativos ao estado do Piauí, mostram que entre os 40,2% dos domicílios chefiados por pessoas com menos de 8 anos de estudo, a IA grave foi a prevalência nacional que chegou a 21,1%. ⁽⁹⁾

Os moradores relataram que recebiam uma água de péssima qualidade, por ser salobra, mostrando que apesar de ter sistema de abastecimento de água, essa

comunidade não possuía garantia de acesso à água adequada, o que comprometia seu bem-estar e segurança hídrica.

O Residencial Gilson Coelho apresentava problemas que prejudicam a vida dos moradores, um deles é o fato de ter localizado fora da cidade, colocando seus moradores em certo isolamento devido à distância do Centro da cidade e dos estabelecimentos públicos. Além disso essa comunidade foi afetada pelo desmonte das políticas públicas voltadas para alimentação escolar, com a interrupção das aulas e sem distribuição de alimentação para as crianças e adolescentes matriculados.

Uma das consequências da crise econômica durante a pandemia do COVID19 foi o alto endividamento das famílias. De acordo com a rede PENSSAN, houve relato de endividamento em 46% no Nordeste e 41,6% no Piauí. Tal condição acaba agravando a vulnerabilidade das famílias. ⁽⁸⁾ Na comunidade de Gilson Coelho o endividamento estava presente em 36 % dos domicílios, abaixo portanto da média do estado, mas mesmo assim comprometendo o bem-estar das famílias. A alta do preço dos alimentos, associada à defasagem do valor do salário-mínimo brasileiro, fez com que a população apresentasse menor poder de compra, situação que provavelmente se agrava na população estudada, visto que o Nordeste do Brasil, historicamente, apresenta os piores indicadores sociais do país. ⁽⁹⁾

A interação entre pobreza, desemprego, nível de escolaridade, raça/cor, gênero e COVID 19 têm sido documentada como condição associada a maior dano causado pela doença e maior índice de mortalidade. ⁽¹¹⁾

Esta pesquisa mostrou que os beneficiários de transferência de renda, durante a pandemia da COVID19, tiveram acesso a algumas políticas sociais, ainda que temporariamente, como Auxílio Emergencial e o aumento do valor do Auxílio Brasil. Isto levou a melhores condições de subsistência de algumas famílias, especialmente no contexto do isolamento exigido pela pandemia, que afetou a empregabilidade e gerou um grande número de desempregados. ⁽¹⁰⁾

No estudo percebeu-se que a falta de políticas públicas que garantam os direitos à moradia, segurança alimentar, educação e saúde estão correlacionadas. A falta de um mapeamento do perfil da comunidade leva a projetos ineficientes, por

isso existe a necessidade de diagnósticos confiáveis para a elaboração de políticas públicas em qualquer das esferas governamentais.

Sem o suporte adequado e efetivo de ações do Estado há um empobrecimento da população que enfrenta cada vez mais a precarização da vida, principalmente no acesso à alimentação suficiente e adequada.

Observou-se consequências negativas e trágicas da omissão e lentidão nas decisões ou implantações dessas políticas. A pandemia tencionou as políticas públicas exigindo rapidez nos processos de enfrentamento à doença a partir da implantação de medidas de proteção adaptadas à realidade de públicos específicos e de maior vulnerabilidade, uma vez que foram eles os grupos sociais mais impactados pela pandemia COVID19.⁽¹⁰⁾

A Dinâmica financeira familiar é responsável pela garantia da segurança alimentar. Portanto, a pesquisa buscou identificar alterações financeiras ocorridas entre as famílias do Residencial Gilson Coelho e suas relações com a SA/IA. O efeito negativo das alterações observadas, como a redução da renda e a perda salarial, ocorreu principalmente em domicílios onde apresentaram um alto do índice de níveis de IA Moderada ou IA Grave.

Maior proporção de pobreza e extrema pobreza concentram a frequência de endividamento dos familiares, como um dos efeitos da pandemia. A condição de endividamento aumenta a fragilidade as famílias com o efeito os direitos na capacidade de acesso aos alimentos em termos de quantidade e qualidade. É ainda muito claro a necessidade da criação de instituições públicas mais próximas das comunidades, como creches e escolas de ensino fundamental e médio, além de espaços de lazer, como praças públicas com locais para prática de esportes. A baixa escolaridade observada neste estudo evidencia a necessidade de projetos voltados para escolarização das famílias, especialmente cursos profissionalizantes.

Ficou evidenciada a falta de suportes sociais adequados e de efetiva ação, tanto do governo local quanto do estado do Piauí, o que constitui violação do preceito constitucional no Brasil relativo ao direito humano à alimentação adequada. Apenas em 2 domicílios das pessoas entrevistadas havia referência a ajuda proveniente dessas duas esferas de governo.

A sequência de fatos descrita acima atesta as dificuldades pelas famílias em manterem padrão alimentar adequado, principalmente nos segmentos de maior vulnerabilidade social da população.

Considerações Finais

A quantidade de domicílios em situação de IA é preocupante e revela a injustiça e os descasos aos quais essa comunidade tem sido submetida. Os resultados da pesquisa confirmam o perfil de pobreza e a precarização da vida dos moradores do Residencial Gilson Coelho. Face às condições de precariedade social e econômica, aliadas à ausência de serviços públicos é necessário e urgente a criação de um plano de contingência e, mesmo de gestão de crise, para minimizar a evidente violação do direito humano à alimentação adequada e saudável.

A crise sanitária revelou o aprofundamento das violações do direito humano à alimentação adequada e saudável e a necessidade de estruturar políticas públicas que assegurem, além do fornecimento de alimentos, condições suficientes para manutenção da saúde e bem-estar das famílias. Além disso, a situação de IA observada revela que, de forma emergencial, há a necessidade de estruturar políticas públicas que assegurem acesso aos alimentos.

Espera-se que esse trabalho de pesquisa possa gerar reflexão, desencadear inquietações, provocar discussões e trazer à responsabilidade todos os que estão envolvidos no processo de construção e gestão de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

1. Panigassi et al. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: Análise de inquérito populacional. *Cad Saude Publica*. 2008;24(10):2376–84.
2. Costa et al. Insegurança alimentar em agricultores: violação do direito humano à alimentação adequada. *Cad Saúde Coletiva*. 2021;29(1):122–32.
3. Corrêa AMS. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estud*

- Avancados. 2007;21(60):143–54.
4. Martins APB. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a aquisição de alimentos em famílias brasileiras de baixa renda. 2013;123.
 5. Cardoso BB. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. *Rev Adm Pública*. 2020;54(4):1052–63.
 6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. 2020.
 7. Pérez-Escamilla R, Segall-Corrêa AM. Food insecurity measurement and indicators. *Rev Nutr*. 2008;21(SUPPL.):15–26.
 8. Rede PENSSAN. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. Suplemento I: Insegurança Alimentar nos estados 2022. 65 p. Available at: <https://agroecologia.org.br/2022/09/14/inseguranca-alimentar-nos-estados-suplemento-i-rede-penssan/>
 9. SARDINHA, L. M. V. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional Estudo Técnico No 01/2014, Brasília, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervo/social/estante/escala-brasileira-de-inseguranca-alimentar-ebia-analise-psicometrica-de-uma-dimensao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 01 Jul 2024.
 10. Zulaikha S. No 主観的健康感を中心とした在宅高齢者における健康関連指標に関する共分散構造分析Title. *Rev Bras Ergon*. 2016;9(2):10. Available at: <https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/355%0Ahttp://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/article/view/731%0Ahttp://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/article/view/269%0Ahttp://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/article/view/106>
 11. Natalino M, Pinheiro MB. Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia: algumas limitações práticas de auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial TT - Nota Técnica n. 67 (Disoc): Proteção. Nota Técnica / IPEA Disoc. 2020;67:16. Available at: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9987/1/NT_19_Din%20te_Covid_19_e_medidas_legais.pdf%0Ahttp://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9999/1/NT_67_Disoc_Protecao_Social aos Mais Vulneraveis em Contexto de Pandemia.pdf
 12. Segall-Corrêa AM, Marin-Leon L, Helito H, Pérez-Escamilla R, Santos LMP, Paes-Sousa R. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil:

Análise dos dados nacionais.
Rev Nutr. 2008;21(SUPPL.):39–
51.